

SÉRIE

Pescarias no Rio Negro

1

Como cuidar para
o peixe não acabar



SÉRIE

Pescarias no Rio Negro

1 Como cuidar para
o peixe não acabar

O **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)** é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o ISA consulte www.socioambiental.org

Secretário executivo: Sérgio Mauro Santos Filho

Secretários executivos adjuntos: Adriana Ramos e Enrique Svirsky

Apoio institucional:



O objetivo do **PROGRAMA RIO NEGRO** do Instituto Socioambiental é contribuir para o desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Negro por meio de um diálogo com os povos que tradicionalmente habitam a região, caracterizada por uma grande diversidade socioambiental. Na parte brasileira da bacia, são 23 povos indígenas e formações florestais únicas. Os projetos que compõem o programa propõem soluções para a proteção e sustentabilidade das Terras Indígenas, segurança alimentar, geração de renda, educação escolar e valorização do conhecimento e da cultura local. O Programa também participa da Rede Rio Negro (em construção), um espaço que pretende ser referência para o diálogo e elaboração de propostas para a gestão compartilhada do território da Bacia do Rio Negro rumo ao desenvolvimento sustentável da região.

ISA São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901
01238-001
São Paulo (SP)
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

ISA Manaus

Rua Costa Azevedo, 272,
1º andar, Largo do Teatro,
Centro, Manaus (AM)
69010-230. tel/fax: (92) 3631-
1244/3633-5502
isamanus@socioambiental.org

ISA São Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada, 70, Centro
São Gabriel da Cachoeira
(AM) Caixa Postal 21
69750-000
tel/fax: (97) 3471-1156
isasgc@socioambiental.org

organização
Camila Sobral Barra
Carla de Jesus Dias
Kátia Carvalheiro

SÉRIE

Pescarias no Rio Negro

1 Como cuidar para o peixe não acabar

2ª impressão

São Paulo, outubro de 2010.

REALIZAÇÃO



PARCERIA



Série Pescarias no Rio Negro

Como cuidar para o peixe não acabar

Organização: Camila Sobral Barra, Carla de Jesus Dias e Kátia Carvalheiro

Textos e edição de textos: Kátia Carvalheiro

Pesquisas e levantamentos: Ellen Amaral, Kelven Lopes, Renata Eiko Minematsu, Joás Rodrigues da Silva, Camila Sobral Barra e Carla de Jesus Dias

Revisão técnica: Ana Paula Caldeira Souto Maior, Renata Eiko Minematsu, Kelven Lopes, Guillermo Moisés Bendezú Estupiñán, Ellen Amaral, Rafael Illenseer, José Gurgel Rabello Neto

Revisão: Júlio Cezar Garcia e Kátia Carvalheiro

Desenhos: Feliciano Lana

Mapa: Renata Alves

Projeto gráfico e diagramação: Ana Cristina Silveira

Apoio:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como cuidar para o peixe não acabar / organização Camila Sobral Barra, Carla de Jesus Dias, Kátia Carvalheiro. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2010. -- (Série pescarias no Rio Negro)

Vários colaboradores

Bibliografia

ISBN 978-85-85994-77-8

1. Pesca - Brasil 2. Pescadores - Brasil 3. Turismo - Brasil I. Barra, Camila Sobral. II. Dias, Carla de Jesus. III. Carvalheiro, Kátia. IV. Série.

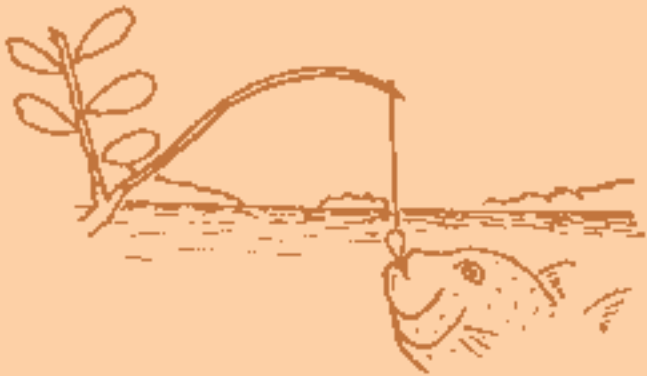
10-11992

CDD-799.10981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Pesca : Esporte 799.10981

Sumário

- 7 APRESENTAÇÃO
- 9 PESCA: ORGANIZANDO PENSAMENTOS E PESCARIAS
- Apetrecho 1*
- 11 PORQUE CONTROLAR A PESCA
- Apetrecho 2*
- 15 O QUE É ORDENAMENTO PESQUEIRO?
- Apetrecho 3*
- 21 MALHADEIRA DE INFORMAÇÕES
- Apetrecho 4*
- 43 CONFLITOS E PROBLEMAS
- Apetrecho 5*
- 45 LEIS QUE JÁ EXISTEM
- Apetrecho 6*
- 49 RECOMENDAÇÕES
- Apetrecho 7*
- 55 ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES
- 59 A PESCARIA: AGORA É COM VOCÊS!
- 61 COMO LER UMA LEI
- 65 PESQUISAS E REFERÊNCIAS
- 67 SIGLAS UTILIZADAS



Anzol de espera



APRESENTAÇÃO

Este livreto é o resultado do trabalho de várias pessoas pelo mesmo objetivo: cuidar para que a pesca continue a sustentar as centenas de famílias que moram e praticam essa atividade para sua alimentação e renda, na região do médio rio Negro, que inclui os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e também alimenta boa parte das famílias de São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro.

Como cuidar para o peixe não acabar surgiu da organização de diversos estudos da equipe do Programa Rio Negro do ISA e de parceiros, sempre realizados com apoio das organizações locais. Além destes, foram usadas outras pesquisas de engenheiros de pesca, biólogos, ecólogos, zootecnistas, antropólogos, advogados, economistas e outros profissionais, que produziram e organizaram informações relacionadas com a pesca no médio rio Negro.

Acreditamos que as informações reunidas aqui contribuirão para a formação de ideias, discussões e políticas públicas que coloquem em prática um bom ordenamento e manejo pesqueiro. Esperamos também que este material consiga chegar às mãos da maior parte das pessoas relacionadas ao assunto, principalmente aquelas que moram na região.

Para facilitar a leitura, sempre que você tiver dúvida em relação a uma sigla ou ao nome abreviado de uma instituição, basta conferir a lista da página 67 para saber o que ela significa.

Este livreto é o primeiro volume de uma série de *Pescarias* que faremos juntos. Por isso, é importante que todos leiam e conversem sobre o que é apresentado aqui. Desta forma, poderemos aprimorar as informações e começar a pescar os resultados!



Pescaria artesanal

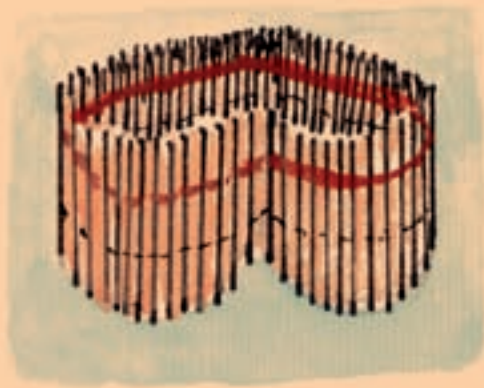


PESCA: ORGANIZANDO PENSAMENTOS E PESCARIAS

Existem muitas maneiras de se conduzir pensamentos, conversas e soluções para as questões do nosso dia-a-dia. Algumas destas maneiras, principalmente as mais formais e oficiais, usam uma linguagem técnica e acadêmica que é difícil de ser compreendida. Isso pode distanciar a maioria da população dos processos de tomada de decisão. Para incentivar a discussão sobre a pesca, e diminuir essa distância, vamos propor uma brincadeira para a leitura deste texto:

- O que a gente considera como APONTAMENTOS ou PROPOSTAS para a solução dos problemas e conflitos do uso da pesca será representado pelo que chamamos de *pescaria*;
- Cada ASSUNTO para apoiar as propostas será representado pelos *apetrechos* necessários para essa pescaria;
- Como e onde será realizada essa pescaria, é escolha de vocês. Isso porque a *pescaria* será de vocês. Nosso compromisso, aqui, é apoiar com informações. E vocês, melhor informados e organizados, vão tomar a frente das AÇÕES.

Vamos reunir os apetrechos para a pescaria?



*Apetrechos de pesca:
cacuri portátil e
puçá (rede)*





Apetrecho 1

CONTROLE DA PESCA: POR QUE SE PREOCUPAR COM ISSO?

A pesca é uma importante fonte de alimento e renda para as pessoas que vivem na Amazônia. Mas com uma região tão grande, com rios enormes, com tanto peixe, será que é preciso se preocupar com o controle da pesca? Não tem peixe para todas as pessoas? Realmente, pode até parecer que tem gente que vê problema onde não existe. Mas será isso mesmo?

Quem pesca na região do rio Negro, seja para comer ou para vender, percebe que está mais difícil conseguir a mesma quantidade e tamanho de peixe que se conseguia anos atrás.

É bastante peixe que é pescado para o próprio consumo na região, com muita gente pescando, comprando e vendendo. Sem incentivos do governo, sem organização para baratear o armazenamento, o transporte, para agregar valor ao pescado, o pescador trabalha muito e ganha pouco. Com as dificuldades da pesca, o pescador tem que diversificar e se envolver com outras atividades, às vezes ficar longe da família.

Mas por que será que isso está acontecendo? Em parte, porque o jeito de pescar tem mudado, porque a população está crescendo, porque o turismo da região está ficando famoso e assim tem mais gente chegando, navegando e pescando.

Os pescadores que vivem da pesca para gerar renda são conhecidos como geleiros ou *geladores*. Eles precisam pescar mais do que um pescador que pega apenas o que ele e sua família vão comer. Isso porque os geleiros precisam pagar os custos da viagem e ganhar dinheiro com a pesca.

Apetrecho 1

O PROBLEMA é que hoje tem crescido o número de pessoas que pescam para vender, tem mais pessoas também querendo comprar pescado nas cidades e não tem regra nem organização, todo mundo pode pescar do jeito que quiser em qualquer rio ou lago. Aí vai ficando cada vez mais difícil pegar o peixe, que vai ficando escasso, e algumas pessoas começam a exagerar, fazendo a chamada PESCA PREDATÓRIA OU IRRESPONSÁVEL. Alguns *geladores* pescam com barcos bem maiores e usam arrastão. Mas acabam levando somente os peixes que interessam, jogando fora os peixes e animais que não interessam, por terem preço muito baixo. Algumas malhadeiras também são colocadas na boca dos lagos e pegam tudo, tornando muito difícil para quem vive ali perto conseguir pescar pro almoço.

Acontece que os peixes dos afluentes do rio Negro vivem somente nessas águas, eles não vêm de outros lugares. Significa que quando o peixe acaba, só quando criar e crescer de novo é que vai ter mais peixe.

Alguns *geladores* desrespeitam as áreas que as famílias usam para pescar: entram sem conversar e não seguem as regras que a maioria respeita. Dessa maneira, eles acabam prejudicando todos os outros pescadores. Sem organização, sem regras que funcionem para todos, do jeito que está hoje, não tem controle: se pesca em qualquer lugar, até nas áreas de reprodução dos peixes. Os pescadores que não respeitam nem mesmo as regras costumeiras locais, dos pescadores tradicionais da região, também acabam prejudicando o turista.

Os TURISTAS estão interessados na pesca esportiva conhecida como “pescue e solte”, principalmente para pegar o TUCUNARÉ. Algumas pessoas das comunidades trabalham com eles como guias, mostrando os caminhos nos rios, onde tem peixe, como pega e como solta. Mas muitos moradores das comunidades dizem que os turistas entram e saem sem pedir permissão, sem respeito aos moradores do lugar e às regras costumeiras, atrapalhando o sossego

e a vida nas comunidades. Além disso, algumas empresas querem que os lagos sejam usados só para a pesca esportiva e pedem que os guias falem com as comunidades para não pescar ali. Passam com lanchas muito rápidas, fazem banzeiro. Prejudicam os agricultores que deixam as gameleiras na beira, aumentam o risco de acidentes com as canoas e espantam os peixes. As lanchas dos turistas também prejudicam os *piabeiros*.

Os *piabeiros* pegam os peixes ORNAMENTAIS para vender. Os moradores das comunidades próximas às áreas de pesca da piaba dizem que essa é uma atividade que não causa risco aos peixes, apesar de muitos peixes ornamentais morrerem no transporte. Existem poucos estudos sobre o impacto deste tipo de pesca, mesmo tendo tanta gente trabalhando com piaba. Alguns *piabeiros* constroem viveiros nas praias para armazenar as piabas que vão pegando. Nesses lugares, é preciso ter cuidado para não destruir os viveiros e é por isso que barcos grandes e rápidos podem estragar o trabalho de muitos dias. É muito comum encontrar grande concentração de piabas dentro de troncos, que estão no fundo do rio, as chamadas *tronqueiras*. Estes são arrastados para as praias para retirada dos peixinhos. Alguns *piabeiros* descuidados não devolvem o tronco para o rio e isso pode atrapalhar a reprodução, pois esses troncos são as casas das piabas.

CADA PESCADOR TEM SEU INTERESSE PARTICULAR: pescar para comer; pescar para vender um pouco; pescar para vender em grande quantidade; pescar para se divertir. Nem todos conseguem conversar ou entender o interesse do outro. Muitos pescadores fazem um pouco de cada atividade, dependendo da época do ano, do interesse do mercado, de suas habilidades e vontades.

Tem muita gente que vem de fora e pesca de forma irresponsável. Tem quem é da região e também pesca assim, sem pensar no amanhã. Essa situação gera muitas perguntas:

Apetrecho 1

Quem mora, cuida da região, e quer ver seus filhos crescerem ali, fica com o quê?



Como fica quem quer voltar para visitar a região outras vezes?



Com tantos pescadores, como fica o próprio pescado? Estas atividades nos rios e nos lagos trazem benefícios para a população local? Causam algum prejuízo?

Como vamos saber se a reprodução dos peixes está sendo prejudicada?

Quem recebe os benefícios e quem se responsabiliza pelos prejuízos?

Existem regras claras para que todos saibam quais são os seus deveres e os seus direitos na pescaria?



O que cada um pode fazer para garantir que filhos e filhas da região, de hoje e do futuro, possam ter peixe para comer?

Quando a pesca é irresponsável? Quem pode denunciar? Pra quem?



Quem deve fiscalizar o cumprimento destas regras?

Como avaliar se as regras que existem precisam ser mudadas?

São MUITAS PERGUNTAS. Essas são apenas algumas. Este livreto não vai responder a todas, porque algumas respostas ainda não existem, precisam ser construídas. Mas tentaremos contribuir com várias delas.



Apetrecho 2

O QUE É ORDENAMENTO PESQUEIRO?

A palavra ordenamento vem da palavra ORDEM, ORGANIZAÇÃO. Quer dizer: colocar ordem, colocar regras. Falando sobre pesca, a gente chama de ORDENAMENTO PESQUEIRO.

Mas nesse ordenamento há um fator muito importante para ser considerado: as famílias que vivem na região são reconhecidas pela legislação nacional como população tradicional ou indígena e têm um direito especial em relação ao uso desses rios e lagos e outros lugares de onde retiram os produtos naturais. São os chamados DIREITOS DE USO. Isso significa que as pessoas que vêm de fora podem usar os recursos naturais também, mas somente se respeitarem os direitos das famílias moradoras da região que usam e zelam por estes recursos nas comunidades ribeirinhas ou urbanas!



*Jequi
armadilha
móvel*

O QUE EXISTE HOJE PARA O ORDENAMENTO PESQUEIRO?

- Início de construção de acordos de pesca nos RIOS JURUBAXI e QUIUINI, em 2007. O processo de ordenamento pesqueiro foi aberto junto ao IPAAM, mas não teve continuidade. A SDS anunciou que o acordo do Jurubaxi será retomado em breve e contará com apoio do AQUABIO;
- Práticas de ACORDOS INFORMAIS entre comunidades e empresas de pesca esportiva. Algumas experiências têm tido sucesso, do ponto de vista das empresas de turismo e das comunidades. Nestes casos, as empresas acertam com lideranças das comunidades uma espécie de COMPENSAÇÃO, que pode ser: tubulação para água encanada, construção de poços artesianos, compra de geradores e combustível para motores de luz; televisores, freezers e outros. Entretanto, outras experiências têm gerado desentendimentos entre moradores, porque os acordos acabam beneficiando poucas lideranças, e não toda a comunidade. Outro problema é o CONFLITO ENTRE EMPRESAS que ocorre quando algumas comunidades trabalham com uma única empresa, para uso exclusivo dos lagos. Desse modo, outras empresas ficam proibidas de entrar nesses lagos;
- MOBILIZAÇÃO e ORGANIZAÇÃO de comunidades indígenas e ribeirinhas dos rios Jurubaxi, Uneuixi, Preto, Padauri, Aracá e Demeni COM APOIO de associações, da FOIRN e do ISA para realização de mapeamentos de áreas de uso e de conflito. A população tem apoio do projeto AQUABIO para discussão de acordos de pesca e solicitou também apoio da SDS e SEMMAS;

- Revisão do DECRETO DE PESCA da Bacia do Rio Negro, que proibia a comercialização do pescado fora da bacia do rio Negro entre a foz do rio Branco e a fronteira com a Colômbia. A primeira edição do Decreto foi em 2001, proibindo toda pesca comercial, e a segunda edição, em 2007, proibindo a comercialização de tucunaré e aruanã para fora. Melhorou a situação do médio rio Negro, porque controlou um pouco a pesca comercial, mas não resolveu o problema, pois NÃO FORAM REALIZADOS os estudos, monitoramento e fiscalizações necessárias. O Decreto venceu em setembro de 2010 e está sendo reeditado (escrito novamente), sem ter feito os estudos ou as discussões participativas suficientes, que poderiam contribuir para o aprimoramento da lei e a sua aplicação;
- Iniciativas de CRIAÇÃO DE LEIS dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro para tentar regulamentar a atividade da pesca esportiva por meio da COBRANÇA DE TAXAS para fins de fiscalização, monitoramento e compensação para as comunidades. Isso porque os modos de vida da população tradicional preservam a natureza, e é isso que torna possível que os turistas pratiquem a pesca esportiva. A compensação para as comunidades pode ser utilizada como um INCENTIVO para que continuem vivendo dessa maneira, sem desmatar, sem acabar com os peixes, e ainda cuidando para que as pessoas de fora também saibam respeitar a natureza. Essas leis municipais ainda estão sendo avaliadas pelos órgãos estaduais e federais, para verificar se os municípios podem mesmo cobrar essas taxas e aplicar essas leis.

Apetrecho 2

Tradicionalmente, as regras de uso da pesca são definidas e controladas localmente. Mas existem situações em que só o acordo entre as comunidades tradicionais e indígenas não resolve, como aqui no médio rio Negro. Porque há muitos interesses diversos e alguns deles não respeitam os direitos territoriais da população local. Por isso, é importante que o governo e a sociedade civil construam o Ordenamento Pesqueiro, para ORGANIZAR A PESCA, reconhecer formalmente os direitos e deveres de todos e GERAR MEIOS para fazer valer as regras.

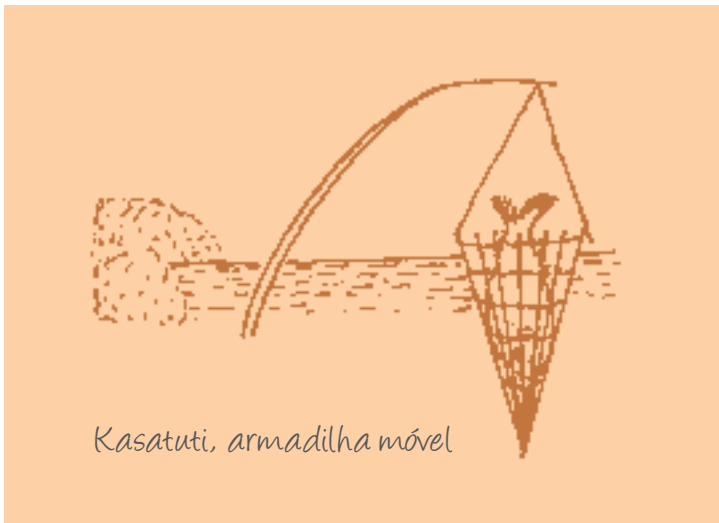
Para se fazer um ordenamento pesqueiro COMPLETO e BEM FEITO é preciso, antes de qualquer coisa, contar com a participação de todos os envolvidos para as seguintes ações:

1. elaboração de estudos e diagnósticos
2. mapeamento e zoneamento de áreas de pesca
3. elaboração de acordos envolvendo todos os pescadores
4. elaboração de leis
5. aplicação das regras
6. monitoramento e fiscalização e, de tempos em tempos
7. avaliação de como as coisas estão indo.

A elaboração de ESTUDOS e DIAGNÓSTICOS é muito importante para conhecer a região, principalmente as características dos peixes, dos pescadores e a forma como as diferentes atividades de pesca são realizadas, porque não se pode organizar aquilo que não se conhece. Para isso, deve se documentar também o conhecimento dos moradores da região junto com o dos técnicos e pesquisadores. Estes estudos oficiais devem se apoiar nas pesquisas já realizadas na região e então desenvolver RELATÓRIOS TÉCNICOS, MAPAS de zoneamento e CALENDÁRIOS de pesca.

Pela lei do estado do Amazonas (Lei n.º 66/2007), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) é responsável pela coordenação dos processos de Zoneamento e Ordenamento Pesqueiro e, segundo outra lei (nº 2.713/01) os estudos feitos devem ser: (1) apresentados e discutidos em Audiências Públicas, e (2) aprovados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM).

Com os estudos feitos, o poder público e a sociedade civil podem ORGANIZAR ASSEMBLÉIAS e REUNIÕES PARTICIPATIVAS entre os vários setores envolvidos para todos juntos construírem um bom ordenamento pesqueiro na região. Órgãos do governo e outras instituições também podem ajudar nesse processo, contribuindo com seu conhecimento e trabalho: IBAMA, ICMBio, Aquabio, Associações, Colônias, Cooperativas, Empresas e outros.



Kasatuti, armadilha móvel

Apetrecho 2

O ordenamento pesqueiro deve ser feito buscando a melhor forma de garantir o MANEJO DOS RECURSOS (peixes, lagos e rios), definindo: qualidades de peixes ameaçadas que devem ser preservadas; o tamanho do peixe; o local e o período do ano permitidos para que a pesca não prejudique a reprodução dos peixes; a quantidade, os locais e quais apetrechos cada tipo de pescador pode usar.

Uma das formas de realizar o Ordenamento Pesqueiro é fazer um ZONEAMENTO DE PESCA. Zoneamento quer dizer destinar diferentes tipos de usos, atividades e regras de conservação para as diferentes sub-regiões, regiões menores, que são chamadas ZONAS. Dentro de cada uma destas zonas se organiza e destina o que pode ser feito, quando e onde. Dentro da mesma zona, as condições são parecidas: a situação do local para a pesca, as condições ambientais, os modos de vida das pessoas que moram e usam os recursos. Assim, CADA ZONA TEM REGRAS DE USO CONFORME SUAS CARACTERÍSTICAS.

O objetivo do Zoneamento de Pesca é definir áreas para cada tipo de pesca, os diversos usos dos rios e lagos, de maneira que a pesca NÃO PREJUDIQUE a própria pesca, os pescadores e a população de uma maneira geral.

Como vimos, com estudos realizados e uma ampla discussão, é possível ordenar a atividade da Pesca de várias formas, inclusive com ACORDOS DE PESCA. Como o nome já diz, as pessoas entram em acordo sobre onde, como, quando e quem poderá pescar, sem que ninguém seja prejudicado e o peixe não acabe. As regras do acordo valem para TODAS as pessoas.

Assim, ORDENAR NÃO QUER DIZER PARAR DE PESCAR, mas organizar a pesca para que haja respeito, para garantir que hoje e no futuro as famílias da região continuem a ter peixe.



Apetrecho 3

MALHADEIRA DE INFORMAÇÕES

Para cuidarmos melhor, temos que conhecer bem. Por isso, para contribuir com o que vocês já sabem, vamos incluir aqui os resultados de estudos que podem ajudar nas discussões.

Importante destacar que um estudo representa uma realidade NO MOMENTO EM QUE FOI FEITO. Contudo, a realidade é maior e as coisas mudam com o passar do tempo. Por isso, os estudos devem ser entendidos como uma parte da realidade naquele momento. Novos estudos têm sempre que ser feitos, para melhorar o que se sabe e conhecer o que mudou.

Para um estudo ser EFICIENTE, é necessário contar com a participação dos moradores da região, contribuindo com informações e conhecimentos.

Para que os resultados do estudo possam fazer a diferença, ele precisa ser discutido por todos os interessados, principalmente pelos moradores da região estudada. Só assim poderá ser feita uma avaliação de qualidade dos resultados e, então, buscar soluções nas quais as pessoas sejam consideradas e façam parte do processo.

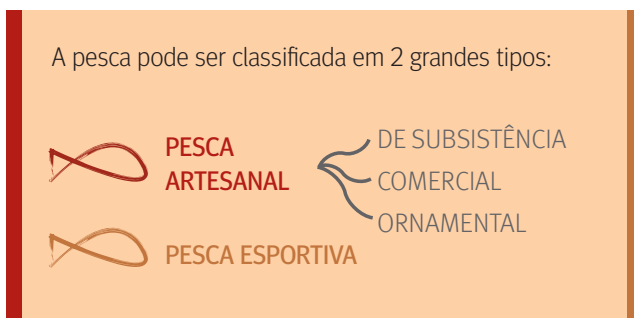
São os moradores locais, que vivem próximos aos rios e lagos, que melhor poderão fazer as denúncias e sugestões de melhorias.



Participar é um direito e também um compromisso!

RESULTADOS DE ALGUNS ESTUDOS JÁ FEITOS

A pesca na região do médio rio Negro pode ser entendida por 2 grandes tipos diferentes: pesca artesanal e esportiva. Veja no quadro abaixo:



A **PESCA ARTESANAL DE SUBSISTÊNCIA** é aquela feita pelas famílias moradoras da região, para o próprio CONSUMO, com venda de pequena quantidade do pescado não consumido. Os pescadores geralmente trabalham próximos das suas casas, com barcos pequenos e utilizam caixas de isopor para armazenar o peixe.

A **PESCA ARTESANAL COMERCIAL** é aquela feita com objetivo principal de VENDA. Aqui, os pescadores usam uma área de pesca maior do que a usada pelos pescadores de subsistência, trabalham com canoas e barcos maiores, e também utilizam caixas de isopor. Os pescadores podem ser moradores daquela área em que pescam, mas podem também ser de comunidades afastadas ou então das cidades próximas.

Na **PESCA ARTESANAL ORNAMENTAL** os pescadores pegam as piabas vivas e vendem para comerciantes que por sua vez vendem para empresas exportadoras de PEIXES DE AQUÁRIO. Os pescadores, chamados de *piabeiros*, podem ser moradores da mesma região em que pescam, mas podem também ser de comunidades mais afastadas ou das cidades. Os *piabeiros* trabalham com canoas, puçás e pequenas redes de arrasto. O médio rio Negro é a principal região de pesca destes tipos de peixes. Durante os anos 90, cerca de 80% da população do município de Barcelos estava envolvida com a pesca ornamental. As pesquisas da época estimavam que cerca de 20 milhões de piabas eram exportadas por ano. Os países que mais compravam piaba eram o Japão, os Estados Unidos e países da Europa. Nos últimos anos, a venda diminuiu, pois as piabas estão sendo criadas em outros países. Com isso, alguns pescadores deixaram de ser *piabeiros* para serem pescadores comerciais ou guias de pesca esportiva.

A **PESCA ESPORTIVA** é aquela sem a finalidade de venda do peixe, realizada para diversão dos turistas nacionais e estrangeiros. Em Barcelos e Santa Isabel, os turistas devolvem ao rio quase todos os peixes que pescam. São sempre acompanhados pelos GUIAS DE PESCA ou piloteiros e práticos. Estes, muitas vezes, são também pescadores artesanais ou ornamentais, moradores da região, que trabalham como guias, piloteiros e práticos durante a temporada de pesca esportiva.

Aqui nesta *Pescaria*, vamos falar mais sobre a pesca artesanal de subsistência e comercial e a pesca esportiva, porque a prática destas atividades tem crescido nos últimos anos, causando preocupação. A pesca artesanal ornamental é uma atividade importante, mas esta vai ficar para uma próxima *Pescaria*, pois ainda é preciso ter mais estudos sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais desta atividade.

PESCA ARTESANAL

Os pescadores que moram na região praticam DIFERENTES TIPOS de pesca, além de fazerem seus roçados e extraírem produtos da floresta. A organização dessas atividades depende da época do ano, do preço dos produtos, dos gostos de cada um e da procura por mão-de-obra local.

A pesca artesanal é chamada assim por que ela é considerada uma arte do conhecimento tradicional, que faz uma leitura dos sinais da natureza sobre os rios, os peixes, o clima, as estrelas. Nesta arte incluem-se também os apetrechos, com o conhecimento de sua fabricação e uso passado de pai para filhos e filhas. Quando a pesca é feita de forma artesanal ela envolve uma grande RIQUEZA DE CONHECIMENTOS não só sobre a pesca, mas também sobre a região.



QUEM SÃO OS PESCADORES ARTESANAIS?

No rio Negro a economia é dinâmica, a maioria das pessoas pratica mais de uma ATIVIDADE ECONÔMICA, conforme a época do ano ou interesse do mercado. Mas elas não são reconhecidas desta forma por nenhuma política pública. O governo identifica cada beneficiário com uma única profissão: pescador, agricultor ou extrativista. O fato da pessoa não ser identificada com suas várias atividades pode, muitas vezes, resultar na impossibilidade dela conseguir a aposentadoria e outros benefícios, como o seguro defeso e a bolsa família.

Há quem dedique grande parte do ano para a pesca artesanal comercial, trabalhando sozinho em sua canoa ou com algum patrão, em embarcação maior. O pescado é vendido para ambulantes e comerciantes, ou direto para a população, nos portos das cidades.

Em termos de ORGANIZAÇÃO DE PESCADORES, em Santa Isabel do Rio Negro existe uma Associação de Pescadores, que em feve-

reiro de 2010 mantinha 179 associados. Em Barcelos e em São Gabriel, os pescadores são cadastrados em Colônias de Pescadores. Em agosto de 2010, Barcelos tinha 825 pescadores cadastrados (539 homens e 286 mulheres) e, em São Gabriel, 620.



QUAIS OS APETRECHOS UTILIZADOS?

Em Barcelos, os apetrechos mais utilizados para a pesca de consumo são: espinhel, zagaia, malhadeira e linha e anzol. Em Santa Isabel, são: malhadeira, espinhel, zagaia e mergulho. Em São Gabriel, utilizam principalmente: tapuí, zagaia, arpão, linha e anzol, espinhel e malhadeira de seda. Um estudo de professores da Universidade do Amazonas descreve os apetrechos para cada tipo de atividade pesqueira:

- **Subsistência:** armadilhas: cacuri, cacuri de igapó, caiá, matapi de cachoeira, matapi de igapó; artes de fisgar: arco e flecha, arpão, zagaia; redes: puçá, malhadeira, tarrafa; linhas: espinhel, groseira, linha de mão e caniço.
- **Pesca comercial:** malhadeira, zagaia e também redes-de-cerco e arrastão.
- **Pesca ornamental:** rapichê, tarrafa, cacuri, puçá, redinha.
- **Pesca esportiva:** vara de pesca, linha, molinete, carretilha, anzol, chumbadas, bóias, iscas naturais, iscas artificiais e alicates.



QUAIS OS LOCAIS DE PESCA?

Em Barcelos, os principais locais de pesca utilizados pelos diferentes pescadores são: rio Negro (37%), rio Demeni (12%), rio Aracá (10%), rio Iту (9%), rio Arirarrá (9%), rio Quiuini (8%), rio Paduari (6%), rio Caurés (4%) e rio Jurubaxi (4%). Em Santa Isabel, os principais locais são o rio Tea, rio Enuexi, rio Jurubaxi, rio Aiuanã, rio Atauí e o próprio rio Negro. *(veja mapa da região a seguir)*



As famílias que moram nas margens destes rios costumam pescar em lagos e igarapés próximos à sua morada. Já os pescadores que vivem na cidade, e que vendem o peixe, costumam pescar no próprio rio Negro, em áreas onde têm parentes morando ou onde já moraram e conhecem melhor as condições de pesca.



COMO FUNCIONA A PESCA ARTESANAL COMERCIAL?

A pesca artesanal comercial envolve, em um mesmo sistema ou cadeia produtiva, o médio e alto rio Negro: Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira. Barcelos e Santa Isabel possuem uma fatura de peixes maior do que a região do alto rio Negro. Por isso, abastecem também o mercado de pescado em São Gabriel.

Na seca, fica mais fácil pegar os peixes, e muita gente da cidade que não pesca na cheia, sai para pescar. Com a fatura de peixes, o preço cai. Já no inverno, o peixe fica mais difícil e tem menos gente pescando. Mas como a fiscalização é pouca, fica mais fácil chegarem os barcos maiores de Manaus, que competem com os pescadores menores e com os pescadores comerciais locais.

A frota pesqueira de Barcelos é de aproximadamente 8 BARCOS GRANDES, de 5 toneladas cada. Além destes há muitas CANOAS que viajam com isopores e BARCOS DE MÉDIO PORTE com freezers e gelo.

Com o DECRETO DE PESCA DA BACIA DO RIO NEGRO, criado em 2001, ficou proibido pescar e levar para vender em Manaus. O Decreto reeditado em 2007 manteve a proibição para pescadores de fora do rio Negro: somente pescadores e barcos do rio Negro podiam pescar na região, para vender na própria região. O Decreto aprovado em 2007 tinha como objetivo especial a preservação do tucunaré e do aruanã.

No entanto, o grande problema enfrentado pelos pescadores comerciais continua sendo a FALTA DE FISCALIZAÇÃO. Sem fiscalização o pescador é prejudicado pelos barcos grandes que saem de Manaus e

pescam aproximadamente 15 toneladas por viagem no rio Demeni. Há também pescadores de barcos grandes de Novo Airão que levam parte do pescado para os comércios de Manaus, descumprindo o decreto.



QUAIS OS PEIXES MAIS CONSUMIDOS E VENDIDOS?

Em Barcelos, as espécies de peixe mais consumidas são o aracu (20%), o pacu (18%), o tucunaré (16%) e a piranha (13%). Em menor quantidade vêm o cará, surubim, piraíba, pirarara, jacundá, aruanã, cuiú-cuiú, jaraqui, mandi, mandubé, matrinchã, pirandirá e pirarucu. Para a VENDA, os mais pescados e preferidos são os peixes brancos (pacus e aracus), com melhor preço no mercado. Depois, vêm os chamados peixes pretos (traíra, tucunaré e acará), com menor preço de venda. Em Santa Isabel, os peixes mais pescados são pescada branca, tucunaré, acará e aracu. Em São Gabriel, aracu, piraíba, tucunaré, surubim e traíra.



QUANTO SE PESCA PARA A VENDA?

Existem alguns estudos que falam sobre a quantidade de peixe para venda. A produção varia conforme o mês do ano, e também de ano para ano. Existem os meses ruins de peixe, especialmente agosto, quando a água está meio parada, começando a baixar (secar).

Em Barcelos, o IDAM e a SEPROR registraram uma produção pesqueira média, por semana, de 6 toneladas na seca (metade vendida em Barcelos e metade enviada para São Gabriel) e 800 kg na cheia, vendidos apenas em Barcelos. Não entra aqui o peixe vendido para Manaus. A partir de informações de entrevistas com os donos de barcos que transportam pescado, calcula-se que o total de pesca na seca chegue a 13 toneladas por semana, e, na cheia, a 3 toneladas semanais, incluindo o peixe vendido para Manaus e para São Gabriel. Recentemente aumentou a fiscalização dos BARCOS-RECREIO que

chegam a Manaus e algumas cargas foram apreendidas. Se a fiscalização continuar, deve diminuir a venda de peixe para a capital.

O pescador recebe em média R\$ 2,00 por cada quilo de peixe e grande parte é revendida pelos intermediários por R\$ 4,00 o quilo. Na seca, chega a circular pelo menos R\$ 30 mil na cidade a cada semana. O lucro dos comerciantes e intermediários que levam esse peixe e vendem para São Gabriel também circula na cidade, aquecendo a economia local. No entanto, os pescadores são muitos e o que cada um ganha às vezes é pouco. Vamos ver essa conta daqui a pouco, na página 33.



QUANTO SAI DE PESCADO DE BARCELOS?

As informações foram conseguidas com os barcos-recreio, os únicos que transportam o pescado hoje em dia. As informações sobre o consumo local de Barcelos foram dadas pelo IDAM e pela Colônia de Pesca Z-33.

COMÉRCIO COM MANAUS: na última temporada de pesca (setembro de 2009 a março de 2010) pode-se estimar que 3 barcos levavam para Manaus uma média de 4 toneladas de peixe liso por semana, em mais de 50 caixas de isopor, cada uma com 80 kg de pescado. O frete de cada caixa custava R\$ 15,00.

Tem barqueiro que acha que é proibido vender o peixe para Manaus, porque lá tem a fiscalização do Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro. Essa lei PROÍBE a venda de tucunaré e aruanã PARA MANAUS, e se os fiscais acharem algum peixe desses no meio da carga, eles podem prender tudo. Mas esses peixes podem ser vendidos no rio Negro! Se as embarcações de pesca, tiverem registro e autorização dos órgãos oficiais, o tucunaré pode ser vendido nas cidades do rio Negro: Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel! Pela legislação de hoje, outras espécies de peixe podem ser vendidas para Manaus.

O consumo nas cidades de Barcelos e Santa Isabel deve AUMENTAR com a chegada das famílias do exército. O Batalhão de Santa Isabel não está construído, mas há previsão de que ele acomode uma equipe de 700 militares. Em Barcelos já moram mais de 100 famílias e o contingente previsto é de 800 homens e alguns destes virão com as suas famílias. A população local prefere os peixes aracu e pacu, mas esse gosto pode mudar, assemelhando-se ao consumo em São Gabriel, onde já existe uma população residente, associada às atividades militares, vinda de outras regiões do Brasil. Em São Gabriel, as pesquisas apontaram que a população aprecia muito os peixes lisos e o tucunaré.

COMÉRCIO COM SÃO GABRIEL: na seca, 2 barcos circulam por semana e levam no total aproximadamente 6 toneladas em mais de 70 caixas de isopor, por semana, com frete a R\$ 15,00 a caixa. Os intermediários compram o peixe de R\$ 3,00 a R\$ 4,00 por quilo. Na cheia (abril a agosto), embarcam para São Gabriel 2 toneladas e 1 tonelada é consumida na cidade de Barcelos.

Existem 8 intermediários em Barcelos que comercializam o pescado na própria cidade e vendem para São Gabriel. Alguns destes são também patrões, e contratam pescadores em sistema de avião, parecido com o que ocorre na pesca ornamental e na extração de piaçaba.



COMO É O COMÉRCIO DE PEIXE EM SANTA ISABEL?

Faltam estudos sobre o consumo médio de peixe em Santa Isabel.

Há comerciantes de Santa Isabel que vendem pescado para comerciantes de São Gabriel, como encomenda: mandam peixe todo mês. Um desses comerciantes leva, em média, 500 kg por semana. O peixe em Santa Isabel é vendido por R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 e o frete para São Gabriel é R\$ 10,00 por caixa.



COMO É O COMÉRCIO DE PEIXE EM SÃO GABRIEL?

Na seca, os intermediários compram do pescador por R\$ 4,00 o quilo do peixe, e vendem para feirantes e comerciantes por R\$ 7,00. Estes vão revender na feira por R\$ 12,00 a R\$ 15,00.

Outro comércio é o do PEIXE DE PISCICULTURA, tambaqui e matrinxã. São produzidos em São Gabriel e também sobem de Barcelos transportados pelos barcos-recreio, tanto na seca quanto na cheia, 1 tonelada por mês. O peixe de Barcelos é comprado pelo intermediário por R\$ 6,50 o quilo, é vendido para o comerciante por R\$ 8,50 e revendido nas feiras por R\$ 12,00 a R\$ 15,00.

Tem também o tambaqui, levado direto de Manaus para São Gabriel, em média 1.600 kg por mês.

Na seca, tem um grupo de pescadores de São Gabriel que pesca em média 800 kg por mês, para abastecer os restaurantes, sempre por encomenda. Eles vão pescar lá no rio Uaupés, principalmente tucunaré grande.

Há muitas pessoas que saem de suas comunidades e levam peixes em suas canoas ao descer para a cidade; se a viagem é longa, pescam no caminho mesmo. Esses pescadores levam por volta de 50 kg em cada canoa. Segundo pesquisa com pescadores no porto de Camanaus, acredita-se que todos eles juntos devem levar para São Gabriel pelo menos 1 tonelada por mês, na seca.

Somando tudo isso, temos a estimativa de um consumo médio de peixe em São Gabriel de 10 toneladas na seca e 5 toneladas na cheia.



QUAIS OS CUSTOS PARA O PESCADOR?

Os PRINCIPAIS custos são: o combustível, a alimentação e o GELO, pois quase todo pescado vendido na região é congelado.

Barcelos possui duas fábricas de gelo, com capacidade para 6 toneladas de gelo por dia, vendido de R\$ 0,20 a R\$ 0,25 o quilo. Em Santa Isabel, a fábrica de gelo não funciona, e o gelo é produzido em garrafas de plástico, com preço de R\$ 0,40 a R\$ 0,50 o quilo. Em São Gabriel, o gelo produzido em fábricas é vendido em escamas ou barra e custa de R\$ 0,50 a R\$ 1,00 o quilo.

Podemos fazer um exercício para saber quanto custa uma pescaria:

1. GASTOS: *gelo + merenda + combustível + tempo*

→ Gelo = 100 kg. Se for R\$ 0,50 kg, vai gastar $100 \times 0,50 = \text{R\$ } 50,00$

→ Merenda = R\$ 10,00

→ Combustível = R\$ 30,00

→ Tempo = 3 a 4 dias

Total = R\$ 50,00 + R\$ 10,00 + R\$ 30,00 = R\$ 90,00 em 3 a 4 dias.

2. GANHOS: *peixe*

→ Pega 60 kg de peixe, vendendo a R\$ 2,00 kg; recebe R\$ 120,00.

3. RENDA DA PESCARIA: *Ganhos - Gastos*

Neste exercício temos: $\text{RENDA} = \text{R\$ } 120,00 - \text{R\$ } 90,00 = \text{R\$ } 30,00$ de renda líquida, quer dizer, livre dos custos, em 3 a 4 dias de pesca!

O peixe e a farinha são a BASE ALIMENTAR no rio Negro e grande parte da população pesca para seu próprio consumo. Nas comunidades, onde as famílias produzem seu próprio alimento, cultivando roças, caçando e principalmente pescando, no período da seca, uma família consome em média 3 KG DE PEIXE POR DIA. Uma comunidade de 25 famílias vai cozinhar por volta de 2 toneladas de peixe por mês.

Pelo último censo, o município de Barcelos tem mais de 25 mil pessoas e de Santa Isabel tem mais de 14 mil. Considerando esse tanto de gente, já pensou quanto peixe precisa ser pescado? Somando com o peixe que sai para as outras cidades, fica mais fácil de observar que, se não cuidar, pode ficar muito difícil de pescar.

PESCA ESPORTIVA NO MÉDIO RIO NEGRO

A pesca esportiva ocorre de 4 a 6 meses durante o ano, dependendo do nível da água do rio, principalmente entre os meses de outubro e fevereiro. É uma pesca que envolve diferentes GRUPOS DE PESSOAS:

- ✓ Turistas pescadores;
- ✓ Empresas de turismo da pesca;
- ✓ Empresas de aviões (transporte);
- ✓ Comerciantes e outros prestadores de serviço;
- ✓ Guias de pesca, camareiras, garçons, cozinheiros;
- ✓ Pescadores ornamental e artesanal;
- ✓ Moradores das cidades próximas;
- ✓ Moradores das comunidades onde os turistas pescam;
- ✓ Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente;
- ✓ IPAAM
- ✓ MPA



QUEM SÃO OS TURISTAS?

A maioria dos turistas que pescam na região do médio rio Negro, 98%, é composta de HOMENS. Cerca de 30% são ESTRANGEIROS.

Dos brasileiros, a maioria vem do SUL e SUDESTE do país. Não são pescadores por profissão, mas sim economistas, advogados, jornalistas, dentistas, médicos, engenheiros e empresários, que pescam para se divertir e algumas vezes para competir, para ver quem pega o maior tucunaré.



COMO OS TURISTAS PESCAM?

O tucunaré é o peixe mais procurado pelos turistas (85%). Os peixes lisos, chamados de GRANDES BAGRES, são preferidos por poucos turistas (cerca de 15%). Alguns pescam, tiram fotos, e a maioria devolve o peixe ao rio (pescue-e-solte). Outros comem alguns peixes no almoço e há quem quer levar o peixe embora, principalmente quem segue direto com o barco até Manaus, mas as empresas dizem evitar este hábito, pois a maioria dos turistas quer encontrar o tucunaré vivo nos rios e lagos. Os turistas trazem a maior parte dos apetrechos que usam. Eles dizem que a pescaria do tucunaré é divertida, pois ele é um peixe forte e ágil, resiste bravamente até ser verdadeiramente fígado.



QUANTOS TURISTAS VÊM À REGIÃO?

Um jeito de tentar saber quantos turistas chegam à região é olhar o movimento dos aeroportos e portos. Um estudo feito em 2008, no aeroporto de Barcelos, mostra que nos meses da temporada da pesca esportiva, de setembro a março, por volta de 8.000 pessoas passaram pelo aeroporto. Entre abril e agosto, foram somente 1.000 pessoas. Mesmo que nem todos os 8.000 sejam turistas, a diferença mostra como o fluxo de pessoas é maior na época do turismo de pesca. Estes números devem ser somados com os turistas que chegam de barco, vindos de Manaus, que vão subindo o rio e pescando no caminho.



COMO VIVEM OS TUCUNARÉS?

Alguns pesquisadores do INPA e da UFAM encontraram 4 espécies (qualidades) de tucunaré na região. Todos eles se alimentam de outros peixes, alguns já ficam adultos com até 1 ano de idade. Começam a se preparar para a reprodução ainda na estação seca, quando constroem ninhos próximos de galhadas e também nas praias de lagos e dos rios. Neste período, seus corpos começam a mudar: no macho podemos até ver um caroço que aumenta na sua cabeça, que indica que ele está no período reprodutivo. As fêmeas geralmente desovam quando a água do rio começa a subir, mas é comum encontrar estes peixes reproduzindo ao longo do ano inteiro. Os tucunarés cuidam dos ovos e filhotes até os 2 meses de idade, protegendo-os de predadores. Nesta fase, os pais emagrecem, pois não se afastam muito da cria, e acabam se alimentando pouco.



COMO A PESCA ESPORTIVA AFETA OS TUCUNARÉS E OS OUTROS PEIXES?

Essa é uma pergunta que ainda precisa de MAIS ESTUDOS para se ter respostas seguras para a região do médio rio Negro. Mas já existem informações muito importantes e que merecem destaque:

- ➕ Alguns guias entrevistados afirmaram que no máximo 1 em cada 10 peixes pescados durante a pesca esportiva morre, pois os guias usam de seu conhecimento para ajudar a soltar o peixe;
- ⊕ O tucunaré grande é tratado como um troféu e fica um bom tempo fora da água, sendo fotografado e exibido. Esse peixe sofre mais do que aqueles que são soltos

rapidamente. Estudos do INPA afirmam que o tucunaré pode agüentar fora da água NO MÁXIMO 6 MINUTOS.

- Estudos encomendados pelo poder público mostram que nem todos os turistas praticam o pesque-e-solte, parte dos turistas come e leva embora o peixe que pesca, já que não tem fiscalização;
- Representantes de associações da região recebem denúncias de peixes que morrem por causa da pesca esportiva, machucados pela isca na boca;
- A pesca esportiva também tem sido praticada na época de preparação para desova, ou até na época mesmo da desova, prejudicando a reprodução do tucunaré.



QUANTOS PEIXES CADA TURISTA PEGA NUMA SEMANA?

É importante saber quantos peixes cada pescador consegue pegar a cada dia, o peso dos peixes por espécie, o quanto se pescou numa temporada. É preciso entender o impacto da pesca para ordenar essa atividade e fazer com que ela possa continuar a existir por muito tempo.

No RIO MARMELOS, braço do rio Madeira, em Rondônia, o IBAMA fez um estudo deste tipo. O resultado foi 15 peixes por pescador a cada dia, que deu 21 quilos de peixe por pescador a cada dia. Se 1%, 10%, ou 30% morre, quanto de tucunaré morre num dia? Como será na temporada inteira? É preciso saber qual o IMPACTO na população de tucunaré, para ajudar a ordenar a atividade.



QUANTO EXISTE DE PEIXE, PRINCIPALMENTE TUCUNARÉ, NOS RIOS?

Estudos para responder esta pergunta ainda precisam ser feitos. Claro que ninguém vai contar todos. A pesquisa tem práticas

Apetrecho 3

para saber se um rio é rico em peixe, se tem pouco, se tem médio, e dar números para isso. E isso é feito para cada fase da vida do peixe, filhote e adulto, para os diferentes tamanhos. E também ao longo do ano. Só quando tivermos uma boa idéia dessas informações, poderemos concluir QUANTOS PEIXES cada turista poderá pescar e se poderá levar o peixe embora ou não. São cuidados para que a pesca esportiva não dê prejuízo à região e possa continuar a acontecer.

QUANTO DO PEIXE QUE É SOLTO, É PEGO DE NOVO PELO TURISTA?

Existem poucos estudos sobre isso. É um estudo caro e trabalhoso, que necessita da colaboração de todos. Existe um método onde o peixe recebe uma marca de identificação, e quando for pego novamente, sabe-se quem ele é, de onde veio e quanto cresceu. Essas informações têm que ser anotadas cada vez que um peixe marcado é pego.

Um estudo feito em um rio de Roraima mostrou que 20% dos peixes foram recapturados (pescados de novo). Já em Barcelos, um estudo demonstrou que 4% dos tucunarés foram recapturados (por pescadores comerciais, de subsistência e esportivos).

Observou-se também que o tucunaré nada até 40 quilômetros em apenas um ano. Já na Venezuela, um pesquisador observou que os tucunarés podem percorrer distâncias de aproximadamente 21 quilômetros. Esses dados mostram que estes peixes precisam de um ESPAÇO GRANDE para viver, ao contrário do que se pensava: que ele vivia a vida toda em um único lago, percorrendo distâncias menores.

O QUE A PESCA ESPORTIVA TRAZ DE TRABALHO E MELHORIAS PARA OS MORADORES?

A pesca esportiva gera EMPREGOS para a população local e ESTIMULA a economia. Segundo os dados apresentados pelas em-

presas de turismo e pela Secretaria de Turismo do Município de Barcelos, durante uma temporada de pesca são empregadas mais de 100 pessoas. Os empregos mais comuns gerados pelo turismo da pesca esportiva:

- ✓ Guias de pesca
- ✓ Diaristas (garçom, camareira, cozinheira, serviços gerais)
- ✓ Comandante
- ✓ Maquinista
- ✓ Prático

Em termos de pagamento, os únicos que geralmente recebem salários fixos são o comandante, o maquinista e o prático, recebendo cerca de R\$ 1.000,00 por mês. Os guias de pesca recebem de R\$ 200,00 a R\$ 350,00 e mais a gorjeta (de R\$ 100,00 a R\$ 500,00) por semana, totalizando entorno de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.400,00 por mês de trabalho. Os diaristas recebem de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 e uma pequena gorjeta também.



COMO ESTÁ ORGANIZADO O NEGÓCIO DA PESCA ESPORTIVA?

A pesca esportiva é organizada pelas agências de turismo, que oferecem aos turistas pacotes de viagem. A pesca esportiva envolve também as empresas de transporte aéreo e uma pequena parte da população local, trabalhando principalmente como guias de pesca e diaristas. Os turistas geralmente pagam todo o valor do pacote antes do início da viagem.

O turista que escolhe comprar um pacote de pesca esportiva, paga um preço único de aproximadamente R\$ 3.100,00 para 1 semana de pescaria, fora a passagem aérea. Este pagamento cobre os gastos de transporte até o local de pesca, guias, alojamento e refeição.

ções. Pelo menos 22 empresas trabalham com a pesca esportiva na região de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Algumas agências trabalham com dois e até três BARCOS-HOTÉIS, onde os turistas ficam alojados durante a semana de pescaria. São cerca de 12 turistas em cada barco.

Tem agência que utiliza também as BARRACAS ITINERANTES, que são flutuantes e rebocadas por um barco. A outra forma de hospedagem dos turistas são os HOTÉIS DE SELVA, construídos em terra firme.

Santa Isabel do Rio Negro possui pouca infraestrutura, como hotéis e restaurantes, para apoiar a passagem do turista na cidade. Em Barcelos, há condições um pouco melhores de hotéis e restaurante, algumas agências organizam jantares e pernoites na sede municipal. Geralmente isso ocorre só na última noite dos turistas, antes de pegarem o avião para retornarem a seus lares.

Para a alimentação dos turistas, as agências compram em Manaus frutas e legumes frescos e os produtos mais sofisticados que não encontram em Barcelos e Santa Isabel. Os alimentos básicos, algumas vezes, são comprados em Barcelos e Santa Isabel. Isso ajuda o COMÉRCIO LOCAL e contribui para o fluxo da economia do município. Mas, muitas vezes, o barco-hotel que sai de Manaus já chega no médio rio Negro com a maioria das mercadorias compradas.



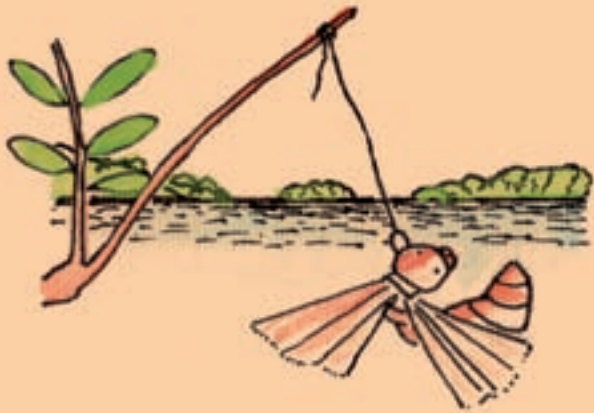
QUAL A IMPORTÂNCIA DA PESCA ESPORTIVA PARA OS MUNICÍPIOS?

Barcelos é pólo da pesca esportiva no estado do Amazonas. O Ministério do Turismo (MTUR) considerou Barcelos a cidade referência para o turismo de pesca no país. Por este mérito, Barcelos deverá receber recursos e investimentos do governo para se preparar para Copa de 2014. Em 2005, já com apoio do governo federal, foi inaugurado em Barcelos um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), um porto flutuante e sinalização turística.

Em Barcelos e Santa Isabel, cada empresa faz de 14 a 25 viagens por temporada (média de 20 viagens), com 12 turistas por viagem. Como são 22 empresas, e o pacote turístico custa em média R\$ 3 mil para cada turista, calcula-se um GANHO TOTAL das empresas, por temporada, de R\$ 11 milhões a R\$ 20 milhões. Na média, são R\$ 15 milhões. Um estudo feito pelo FUNBIO em 2003, junto com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Barcelos da época, calculou esse mesmo valor.

Mas não é todo esse dinheiro que fica em Barcelos. O cálculo estimado dos custos mostra que por semana de pescaria as agências têm um GASTO MÉDIO TOTAL de R\$ 6 milhões. Elas gastam com COMBUSTÍVEL de R\$ 2 mil a R\$ 9 mil, com ALIMENTAÇÃO de R\$ 2 mil a R\$ 7 mil e com MÃO-DE-OBRA de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil. Isso dá um valor total de R\$ 6 mil a R\$ 21 mil, ou seja, uma média de R\$ 13,5 mil para uma semana por barco-hotel. Calculando-se que são 22 empresas e que elas fazem por volta de 20 viagens por temporada. Fazendo a conta chega-se a este valor estimado de R\$ 6 milhões por temporada. Esse dinheiro circula nas cidades por meio das pessoas e estabelecimentos que recebem das empresas de turismo.

O município de Barcelos gera anualmente, segundo o IBGE, cerca de R\$ 65 milhões. Este é o chamado PIB – o produto interno bruto – que é a soma de todas as atividades econômicas do município que são declaradas e registradas, ou seja, que tem nota fiscal e que recolhe imposto para investir no município. Vemos aqui que a pesca esportiva também é importante para a economia local. Da mesma forma, as outras atividades econômicas são importantes, cada uma responsável por uma parte da riqueza produzida no ano.



Anzol de espera



Apetrecho 4 CONFLITOS E PROBLEMAS

Em uma realidade como a vivida pelos moradores, pescadores, comerciantes, empresários e governo da região do rio Negro, com tanta riqueza de peixes, rios, florestas, terra e com tanta diversidade de interesses no uso de tudo isso, é normal que ocorram CONFLITOS e PROBLEMAS.

Os estudos já realizados na região apontam vários conflitos e problemas envolvendo a atividade da pesca. Vamos apresentar aqui ALGUNS:

- **DISPUTA** de uso dos recursos entre moradores das comunidades e gerentes ou donos de grandes barcos geleiros que praticam a pesca comercial, muitas vezes irresponsável;
- **DESAVENÇAS** entre os indígenas e ribeirinhos com barqueiros e pilotos de lanchas da pesca esportiva que viajam em alta velocidade, afugentando peixes e bichos-de-casco, prejudicando viveiros de piabas e virando materiais e alimentos que ficam nos portos das casas;
- **DISPUTAS** pelo uso dos rios e lagos entre a pesca esportiva e as pescas de subsistência, comercial e ornamental;
- **DENÚNCIAS** de morte de peixes soltos pela pesca esportiva, principalmente tucunarés, por danos causados pela isca artificial presa na boca e pelo tempo que o peixe passa fora d'água;
- **PESCA IRRESPONSÁVEL**, com uso de arrastões, capacacos e bombas.

Apetrecho 4

- **POUCA CONVERSA** nos acordos para uso de áreas das comunidades para a pesca esportiva que, por isso, beneficiam somente algumas pessoas (empresas e grupos pequenos de moradores);
- **DESAVENÇAS** internas nas comunidades, porque alguns pescadores e moradores da região ajudam barcos geladores de fora a chegar nos melhores lugares, nos remansos onde estão os peixes;
- **CONFLITOS** pelo uso dos lugares de pesca, paragem e pelo próprio peixe, entre os moradores das comunidades e os pescadores das cidades.
- **DESVALORIZAÇÃO** de peixes no comércio (traíra e acará, por exemplo) gerando desperdício: quando caem na malhadeira, são devolvidos ao rio, e a maioria morre;
- **FALTA DE** apoio para a pesca comercial sustentável, com estrutura para armazenamento (frigorífico, por exemplo), beneficiamento e transporte do pescado;
- **FALTA DE** estudos e políticas públicas (projetos do governo) para apoiar a criação de regras de uso e incentivos para produção do pescado de forma responsável;
- **FALTA DE** fiscalização e monitoramento para fazer cumprir as regras já existentes e acompanhar os impactos da pesca;

Existem CONFLITOS e PROBLEMAS de sua comunidade ou de sua associação que não estão nesta lista? E SUGESTÕES para resolver os problemas? Conversem sobre eles, cuidem para alguém colocar no papel, dizendo como é, registrem estas conversas e relatos. Essa é uma das maneiras de participar do ordenamento pesqueiro: **VAMOS JUNTAR** informações e discussões para a próxima *Pescaria!*



Apetrecho 5

LEIS QUE JÁ EXISTEM

Algumas pessoas falam que é melhor não ter lei, deixar como está, com medo de perder a liberdade de pescar e vender. De uma coisa todos podem estar certos: LEIS QUE CUIDAM DA PESCA JÁ EXISTEM E VÁRIAS OUTRAS SERÃO CRIADAS.

Mas afinal, o que pode ou não ser feito? Que leis são essas que já existem e que são pouco fiscalizadas? É preciso conhecer as leis que regem nossas vidas. E mais ainda, participar da sua criação, para que essas leis estejam de acordo com a realidade que vivemos, seja nas cidades, grandes ou pequenas, ou nas comunidades e sítios da floresta.

Existem várias leis que protegem a natureza e o direito das populações indígenas e tradicionais. Estas leis reconhecem e valorizam os modos de vida das populações da floresta, seus territórios de ocupação e o uso sustentável dos recursos da natureza. Existem também leis que dizem qual época e apetrechos são permitidos para a pesca e quais as regras de transporte e comercialização que devem ser seguidas.

Como já dissemos, para que as ações de ordenamento da pesca tragam bons resultados, é preciso contar com a participação das pessoas que vivem na região. A avaliação do decreto que regula a pesca no rio Negro, por exemplo, deve ajudar na elaboração de novas leis, para que suas falhas sejam corrigidas.

Outra razão para a participação de moradores e moradoras locais é que cada região da Amazônia é MUITO grande e diferente uma da outra. Fica difícil para o governo fiscalizar cada lugar. Os pescadores são as pessoas que vão usar as regras no seu dia-a-dia e VÃO SABER quem está fazendo certo e quem está fora da lei. Vão poder PARTICI-

Apetrecho 5

PAR na aplicação das leis, DENUNCIAR os atos errados e COBRAR do governo fiscalização e penalização para os que não cumprem a lei.

A participação, a responsabilidade e o compromisso de todos são essenciais para melhorar a qualidade e o funcionamento das leis.

Existem MUITAS leis. Veja a seguir as PRINCIPAIS leis nacionais, estaduais e municipais, relacionadas com povos e comunidades tradicionais e as atividades de pesca.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 23, VI, ART. 23, VII, ART. 23, IX.

CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT, DE 1989

DECRETO FEDERAL Nº 6.040, DE 2007

→ Regulamentam direitos coletivos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

LEI FEDERAL Nº 6.938, DE 1981

→ Trata de proteção ao meio ambiente e preservação da fauna.

LEI FEDERAL Nº 11.959, DE 2009

→ Trata da gestão do desenvolvimento sustentável da pesca e de Ordenamento Pesqueiro.

POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E REGULAMENTAÇÃO DA PESCA

Lei nº 2.713, de 2001, alterada pela Lei nº 2762, de 2002

Decreto nº 22.747, de 2002, alterado pelo Decreto nº 23.050, de 2002

Decreto nº 23.050 de 2002

Lei nº 11.959, de 2009

Decreto Estadual nº 27.012, de 2007

→ Sobre licenças, registro de pessoas físicas e jurídicas que praticam pesca, registro e declarações das embarcações, zoneamento

pesqueiro estadual, Unidade de Conservação de Uso Direto para a Pesca, pesca esportiva, recreativa e de subsistência no Amazonas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Pesca Esportiva, apetrechos e métodos de pesca, registro de quem comercializa aparelho, apetrecho ou equipamento de pesca e fiscalização.

LEI ESTADUAL Nº 2.713, DE 2001

→ Acesso a recursos pesqueiros e a gestão ambiental da pesca no território amazonense.

DECRETO ESTADUAL Nº 27.012, DE 2007

→ Fala sobre pesca na Bacia do Rio Negro.

POLÍTICAS MUNICIPAIS DE VALORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

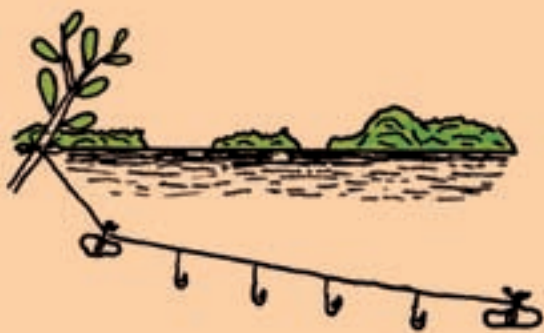
Decreto Municipal nº 024 de 2007 de Santa Isabel do Rio Negro

Lei Municipal nº 502, de 2010 de Barcelos

→ Sobre cobrança de taxas do turista de pesca esportiva para compensação ambiental e investimento em fiscalização, monitoramento e benefícios para as comunidades.

Se você está curioso e quer conhecer mais, ler as leis, você pode conseguir uma cópia na INTERNET ou também nas SECRETARIAS e ÓRGÃOS da prefeitura e na Câmara de Vereadores da sua cidade!

*Quer saber como ler uma lei?
Veja orientações no final desse livreto!*



Espinhel, tipo de anzol



Apetrecho 6 RECOMENDAÇÕES

Aqui estão alguns CONSELHOS dos estudiosos e PROPOSTAS da população que discutiu e participou de reuniões e assembleias promovidas pela FOIRN, pelo AQUABIO e pela SDS em diferentes momentos nos anos de 2009 e 2010. Reforçamos nosso pensamento de que é fundamental conhecer bem para cuidar melhor. Os estudos mostram uma realidade que envolve vários interesses sobre recursos e lugares na natureza. E esses recursos e lugares têm limites de uso, que precisam ser conhecidos e manejados de forma sustentável, para não haver prejuízos no futuro.

Por exemplo, estudos mostraram que o TUCUNARÉ PRECISA DE ESPAÇO e se prepara para a REPRODUÇÃO NO FINAL DA SECA. Além disso, ele precisa viver com outros tucunarés, de todos os tamanhos, para garantir sua alimentação e preservação.

Os TURISTAS gostam de pescar peixes grandes em locais tranquilos onde não tem outros tipos de pesca. Eles ajudam na economia das cidades e de alguns moradores e moradoras das comunidades; mas esta não é a atividade mais importante e não dura o ano inteiro.

A pesca artesanal, para consumo e para venda, tem estado cada vez mais difícil. O peixe está arisco e o preço está baixo. Isso aumenta o desperdício, pois o peixe pescado que não tem valor de venda, é jogado fora para deixar espaço para o peixe nobre, mas poderia virar alimento.

As informações apresentadas nestes *apetrechos*, mesmo que ainda estejam incompletas, demonstram a necessidade de algumas AÇÕES, que podem contribuir para que a pesca seja realizada de uma maneira sustentável na região. Vejam a seguir as RECOMENDAÇÕES:

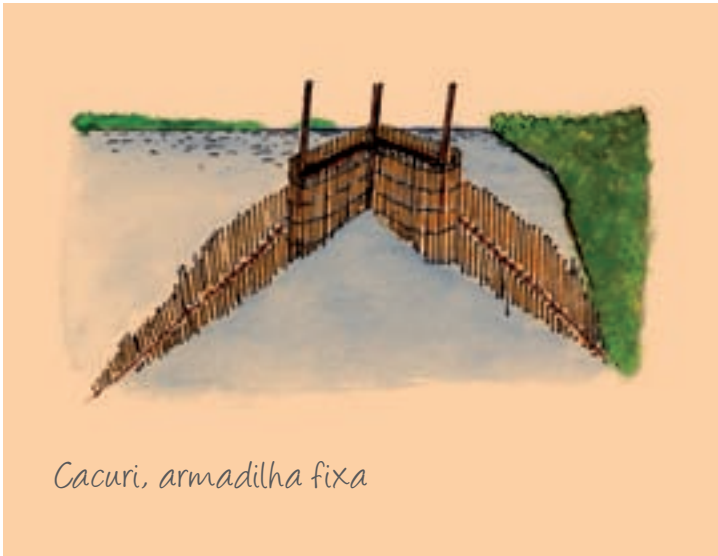
Apetrecho 6

- **REALIZAÇÃO** de mais estudos, com coleta de informações junto à população local sobre o uso tradicional dos recursos pesqueiros junto com estudos técnicos e científicos sobre o estoque atual, as atividades da pesca comercial, turística e ornamental e os impactos que causam. Segundo os estudiosos, é preciso que essa pesquisa dure pelo menos 1 ano, mas é preciso dar continuidade à pesquisa e acompanhar sempre, fazer o monitoramento.
- **ELABORAÇÃO** participativa de políticas do governo que valorizem as atividades de pesca realizadas pela população local. Por exemplo, existem cidades onde as prefeituras passaram a comprar os peixes de baixo valor no mercado para usar na merenda escolar. O resultado foi que a merenda ficou muito mais gostosa e nutritiva. Ganharam os pescadores e as pescadoras, a prefeitura e principalmente alunos e alunas.
- **VALORIZAR** o trabalho do *piabeiro* e a própria piaba com regras e leis que somem diferentes valores ao produto, como por exemplo, a indicação de origem deste produto, certificando que aquela piaba vem de um lugar especial, onde é retirada com sabedoria e de forma sustentável. Avaliar a possibilidade de investir também no turismo do peixe ornamental; incentivar o turista a conhecer de perto o lugar onde vivem os peixes, a variedade imensa de espécies e como são pescados.
- **FORTALECER** a organização representativa de pescadores e pescadoras locais e investir em formas alternativas de comercialização e valorização do pescado.
- **ADEQUAR** as estruturas de apoio à produção pesqueira, como armazenamento, beneficiamento e transporte do pescado; isso vai garantir a segurança alimentar, reduzir os custos de produção e evitar desperdícios.

- **INICIAR** e manter formas de monitoramento da produção e comercialização do pescado, com o fortalecimento dos que já existem, como exemplo, a caderneta de anotação de pescado da Colônia de Pesca Z-33 de Barcelos e o livro de registro em processo de implementação pela Associação de Pescadores de Santa Isabel.
- **FORTALECER** os acordos de pesca que já existem ou estão sendo construídos; conhecer experiências e acordos positivos entre moradores das comunidades, pescadores e pescadoras ou turistas, para o uso responsável dos recursos naturais da região.
- **NOS ACORDOS** de pesca, os acertos de onde, como, quando e quem poderá pescar nas áreas de uso comum e como será feito o sistema de fiscalização, devem ser discutidos durante as reuniões e as assembleias intercomunitárias. Mas para que estas reuniões resultem em soluções justas, devem participar todos os sujeitos envolvidos. O zoneamento, que é a definição das áreas de pesca, cada uma com suas regras, deve acontecer a partir do momento em que as pessoas estejam conscientes de seus direitos e responsabilidades.
- **DEFINIR** compensação pelo uso das áreas de pesca nas comunidades, por meio de acordos ou de outras formas de conversa que sejam legalmente reconhecidas. Essa compensação é um reconhecimento às pessoas que moram às margens de rios e lagos, as quais têm papel fundamental na conservação da natureza. Mas a compensação só funciona se bem discutida e acordada entre todos os sujeitos, e realizada de um jeito que beneficie a todos os grupos que vivem e dependem do pescado naquela área. Essa questão da compensação não é simples, e precisa do apoio de um órgão governamental ou gestor, para coordenar.

Apetrecho 6

- **NOVA EDIÇÃO** do decreto estadual que regulamenta a pesca na Bacia do Rio Negro, determinando regras para a pesca comercial, esportiva e ornamental. Esta lei somente será mais justa e de acordo com a realidade local se for feita com todos os sujeitos envolvidos em um processo participativo.
- **CRIAÇÃO** formal de um grupo de trabalho (GT) para discussão da Pesca na bacia do rio Negro, que tenha representantes de todas as associações, colônias e cooperativas, todos os envolvidos com as atividades de pesca na região para discutir tudo: estudos, mapeamentos, zoneamentos, leis, monitoramento e fiscalização.
- **INSTALAÇÃO** de um flutuante de fiscalização na foz do rio Branco, com pessoas capacitadas, para apoiar ações de fiscalização.



Cacuri, armadilha fixa

Para viabilizar grande parte dessas recomendações, o IPAAM precisa assinar TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, em parceria com a Prefeitura e associações; e junto com a SDS, fazer também um CONVÊNIO com as Prefeituras, para o REPASSE DE VERBAS que serão utilizadas com fiscalização, monitoramento e formação de pessoas do município e das associações: os AGENTES AMBIENTAIS.

Mesmo para a realização de reuniões, é preciso recurso. Os governos do município e do estado têm que dar um apoio especial para os representantes das comunidades ribeirinhas e indígenas poderem acompanhar as discussões. É importante garantir que todos possam participar, isso porque, os moradores das comunidades além de terem seus direitos e um grande conhecimento sobre a região, serão parceiros fundamentais para a criação de um sistema de fiscalização.

Para que a pesca desordenada não traga prejuízos para a SEGURANÇA ALIMENTAR dos moradores da região e para a PRESERVAÇÃO DO TUCUNARÉ e de outras espécies, não podemos dormir no ponto! O governo do Estado é responsável por coordenar as ações de Ordenamento da Pesca e ele deve tomar a frente desse processo, se unir com prefeituras, instituições de pesquisa e da sociedade civil, empresas e principalmente com a população local para planejar o quanto antes o PRAZO MÁXIMO para que os estudos tenham início e fim, e para elaborar o zoneamento participativo.

Todas essas ações devem ser feitas em parceria com o GT da pesca.



Pulado, tipo de anzol



Apetrecho 7

ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES; QUEM FAZ O QUÊ?

O lha que *apetrecho* importante: ORGANIZAÇÃO! Ele ficou por último, justamente por que é MUITO IMPORTANTE, para ninguém esquecer, pois ele tem que estar em todos os momentos da pescaria.

Organização, nesta nossa *pescaria*, tem a ver com PARCERIA de diferentes pessoas que têm um mesmo objetivo: apoiar o uso sustentável da pesca agora e no futuro. Organizando-se, vai ficar claro que as pessoas não podem fazer a pesca e uso dos rios e lagos sem pensar nos outros e na natureza.

Com organização e parcerias, as famílias do médio rio Negro poderão TER VOZ ATIVA na formulação de leis e políticas para a região. Com a participação, as leis e políticas têm mais chances de estar de acordo com a realidade das pessoas e condições da natureza.

PARA PENSAR:

*É melhor participar ou
ficar de fora das decisões?*

Quando discutimos compromissos, responsabilidades, regras e acordos, ajuda muito se entendemos a responsabilidade de cada pessoa, instituição ou setor do governo e da sociedade que está envolvido nesse assunto. Por isso, vamos apresentar aqui algumas dessas instituições e o que cada uma delas pode fazer para ajudar no ordenamento pesqueiro:

SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÕES, COLÔNIAS – como já foi dito, é um direito e também obrigação de todo cidadão acompanhar os processos de discussão e avaliar como tudo está acontecendo: quem está envolvido com a pesca, deve olhar, entender, criticar e participar das discussões e decisões sobre a PESCA! Segundo o Decreto que regulamenta a pesca na região do rio Negro, a administração municipal e as comunidades rurais do Estado poderão também participar ativamente da fiscalização e do controle. Empresas privadas e organizações da sociedade civil também poderão contribuir.

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente: responsável pela política de meio ambiente do município.

SECT – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: responsável pela política cultural e de turismo nos municípios.

SDS – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado do Amazonas: elabora e promove as políticas de meio ambiente e também administra as Unidades de Conservação do Estado, por meio do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas: responsável pela execução da política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e Aqüicultura. Inclui o licenciamento, a regulamentação, orientação, monitoramento e fiscalização das atividades e outros serviços relacionados à pesca.

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas: responsável por apoiar as ativida-

des pesqueiras, agropecuárias, florestais e agroindustriais, através de assistência técnica e extensão rural.

CEMAAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente: é uma instituição estadual composta por representantes do governo e da sociedade. É responsável pela aprovação prévia dos relatórios técnicos, dos calendários de pesca e dos mapas do zoneamento, depois que as audiências públicas já tenham ocorrido.

AMAZONASTUR – Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas: tem a missão de implantar no Estado do Amazonas a Política Estadual de Turismo Sustentável.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: tem a função de cuidar para que as leis ambientais sejam cumpridas, monitorando e fiscalizando o uso da natureza.



ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: responsável pela administração das Unidades de Conservação federais, como as RESEX, RDS, FLONA, PARQUE NACIONAL, e outras.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura: representa e faz a gestão, ordenamento e registro da pesca e aquicultura em nível nacional.

MTUR – Ministério do Turismo: subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao fortalecimento do turismo nacional e incentiva a atividade turística.

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente: é um conjunto de órgãos públicos responsáveis pela proteção da natureza e pela regulamentação do uso dos produtos naturais.

AQUABIO – Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia: é um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que tem o objetivo de promover ações estratégicas para a gestão dos rios, lagos e nascentes na bacia amazônica, buscando a garantia de sua conservação e uso sustentável.

TERRITÓRIO DA PESCA DO RIO NEGRO – espaço de discussão criado pelo MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura, no qual a sociedade civil (associações, colônias, cooperativas) e instituições dos governos discutem a implementação das políticas públicas para a pesca na região do rio Negro.



A PESCARIA: AGORA É COM VOCÊS!

Bom, até aqui juntamos 7 *apetrechos*. Todos são apetrechos de uma mesma pescaria, porque eles se complementam: se tirar qualquer um deles, a pescaria não sai do gosto. Pode ser até que vocês encontrem um *apetrecho* que esteja faltando. Ou então um apetrecho que já tenham, mas que precise de ajuste. Vamos conferir:

1. PORQUE CONTROLAR A PESCA
2. ENTENDENDO O ORDENAMENTO PESQUEIRO
3. MALHADEIRA DE INFORMAÇÕES
4. CONFLITOS E PROBLEMAS
5. LEIS QUE JÁ EXISTEM
6. RECOMENDAÇÕES
7. ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Agora é ir pescar!

Tudo isso precisa ser considerado na hora de pensar o zoneamento, a escolha das áreas para as diferentes atividades de pesca, e também os acordos.

Participar destas ações é um DIREITO e um DEVER. Não dá pra ficar só esperando que decidam por nós e depois reclamar e ficar insatisfeito. Se cada um participar da conversa com as informações que conhece, usando estes e outros *apetrechos*, temos certeza que essa *pescaria* VAI RENDER!



Pescaria artesanal

Como ler uma lei?

Estar por dentro das leis NÃO É SIMPLES. Mas É POSSÍVEL a qualquer pessoa conhecer as leis e interpretá-las. Leis são regras colocadas no papel, na linguagem dos advogados, e aprovadas pelos políticos e legisladores do nosso país. Podem ser leis federais, estaduais e municipais.

Para conseguir entender as leis, é bom saber que:

- São VÁRIAS LEIS que cuidam do meio ambiente e seu uso, dos povos e comunidades tradicionais. Vai depender do ASSUNTO que se quer saber;
- As LEIS MUDAM;
- Na INTERNET você pode encontrar todas as leis e saber qual é a atual; você pode encontrar as Leis Federais no site: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>
E as Estaduais, no site: <http://www.aleam.gov.br/legislacao.asp>
Você também pode usar o número da Lei para procurar direito em sites de busca, como o Google;
- A LINGUAGEM que usam é complicada, mas é nosso direito entender as leis que dirigem nossas vidas. Enquanto não existem traduções, podemos buscar entendê-las. Aqui vai uma dica: use um DICIONÁRIO.

Vamos ver como isso funciona, por meio de um EXEMPLO: o Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro (Lei nº 27.012 de 2007).

ESTRUTURA GERAL DAS LEIS:

1. TÍTULO
2. RESUMO
3. CONSIDERAÇÕES GERAIS
4. CONCEITOS
5. CAPÍTULOS E SEÇÕES
6. ARTIGOS
7. PARÁGRAFOS
8. ANEXOS

1. No TÍTULO, sempre aparece o TIPO de lei, o NÚMERO e a DATA da publicação. Esse é o ENDEREÇO da lei. Com esses números você pode encontrar facilmente essa lei.

No nosso exemplo, no Decreto de pesca, o Título é:

“Decreto nº 27.012 de 28 de setembro de 2007”

2. O RESUMO aparece logo abaixo do título, e explica o ASSUNTO da lei.

No nosso exemplo, no Decreto de pesca, o Resumo é:

“DISCIPLINA a pesca em área da Bacia do Rio Negro, compreendendo o trecho situado entre a divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco.”

3. As CONSIDERAÇÕES GERAIS são o COMEÇO da lei, onde se fala das outras leis ligadas a essa, e da situação que levou à necessidade de criação desta lei.

No Decreto de pesca são 4 **Considerações Gerais**; vejam a primeira como exemplo:

1. “CONSIDERANDO que os artigos 229 e 230 da Constituição asseguram-nos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, competindo ao Poder Público o dever de sua defesa e preservação, dentre outras medidas mediante o controle da extração, da produção, do transporte, da comercialização e do consumo dos produtos da flora e da fauna;” (...)

4. Algumas leis apresentam CONCEITOS nos PRIMEIROS PARÁGRAFOS, que são as EXPLICAÇÕES DE PALAVRAS usadas na lei.

No Decreto de pesca, não são apresentados conceitos.

5. CAPÍTULOS e SEÇÕES são maneiras de organizar os assuntos da lei, especialmente quando ela é grande e trata de muitas questões.

O Decreto de pesca não se organiza em capítulos ou seções, ele apresenta diretamente os Artigos.

6. A LEI é SEMPRE apresentada em ARTIGOS. O artigo aparece abreviado (**Art.**) e numerado do início ao fim da lei: Art. 1º, Art. 2º
IMPORTANTE: o número do artigo NÃO SE REPETE.

O Decreto de pesca se organiza em 10 ARTIGOS (Art.1º até o Art. 10º).

7. Dentro de cada ARTIGO, pode ter mais detalhes, mais EXPLICAÇÕES. Quando tem mais explicações, é que aparecem: PARÁGRAFO ou INCISOS. O Parágrafo aparece com o símbolo § e é organizado em números: § 1º, § 2º ... Os Incisos aparecem em **número romanos**, em sequência: I, II, III, IV...

No Decreto de pesca tem explicações nos Artigos 1º, 2º, 3º e 8º.

Art. 1º Durante o período de 03 (três) anos, contados da vigência deste

Decreto, ficam proibidas as atividades de pesca comercial do tucunaré (*Cichia spp*) e do aruanã (*Osteoglossum spp*) na área da Bacia do Rio Negro compreendida entre a divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco, excetuando-se as hipóteses e condições a seguir especificada:

I – prática restrita a habitantes da área especificada no caput deste artigo, com destinação exclusiva ao abastecimento das comunidades e cidades nela localizadas, vedada a utilização de rede de arrasto, de substâncias tóxicas, explosivas ou outras que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes;

II – pesca de espécies ornamentais;

III – pesca científica

IV – pesca lúdica;

Parágrafo Único. A pesca comercial das demais espécies, não excluídas pelo caput deste artigo, na Bacia do Rio Negro compreendida entre a divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco será realizado exclusivamente por barcos de pesca sediados nos Municípios de Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, observados os seguintes procedimentos e condições.....

8. Os ÚLTIMOS ARTIGOS falam de considerações finais e das leis que não valem mais depois dessa nova lei.

No Decreto de pesca, os Artigos 9º e 10º fazem as considerações finais.

9. Os ANEXOS são as informações mais detalhadas, como formulários e listagens.

No Decreto de pesca, não existem anexos.

Pesquisas e referências

- AMARAL, Ellen S. R. **Estudo da Cadeia Produtiva da Pesca na região do médio rio Negro como subsídio para seu ordenamento pesqueiro**. Relatório de consultoria. Amazonas, 2010. ISA.
- ARRINGTON, D. A. *et al.* **Influence of life history and seasonal hydrology on lipid storage in three neotropical fish species**. Journal of fish Biology, n.68, p.1347–1361, 2006 disponível online <http://www.blackwell-synergy.com>
- BARBOSA, Roosevelt P.; FREITAS, Carlos E. C. **Os apetrechos e técnicas de pesca da bacia do rio Negro**. Manaus. PIATAM: Edua, 2006.
- COOKE, Steven J.; COWX, Ian G. **Contrasting recreational and commercial fishing: Searching for common issues to promote unified conservation of fisheries resources and aquatic environments**. Biological Conservation n.128 ,2006 93-108.
- CREPALDI, Daniel V.; SILVA, Leo C. F. da; MACHADO, Michel L. **Avaliação rápida dos estoques de *Cichla* no rio Marmelos, dentro da área indígena Tenharim Marmelos**. Relatório. IBAMA. Brasília, 2010.
- HOLLEY, M. H. & MACEINA, M. J.; THOMÉ-SOUZA, M.; FORSBERG, B. R. **In press in fisheries management and ecology: Analysis of the trophy sport fishery for the speckled peacock bass in the Rio Negro River, Brazil** . formato pdf.
- IPAAM, Batista, V. S. *et al.* **Plano de gestão da pesca esportiva no Estado do Amazonas**. IPAAM, Versão preliminar. Governo do Estado do Amazonas. Manaus-AM. 2001, 87pp.
- IPAAM. Ambiental Amazônia Consultoria e Assessoria Ltda **Subsídios para a proposta de criação da Reserva de desenvolvimento Sustentável de Pesca Esportiva nas Bacias dos Rios Aracá, Demeni e Itu**. Barcelos, 2002. 117pp.
- LOPES, Kelven S. **Panorama do turismo de pesca esportiva nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro** Relatório de consultoria. Amazonas, 2010. ISA.
- MACHADO, M. L. & CREPALDI, D. V. **Potencial dos estoques de *Cichla* como atrativo para pesca amadora no rio Anauá, estado de Roraima, Brasil**. Bol. Tec. Cien. CEPNOR, submetido, 2009.

Pesquisas e referências

- MENEZES, Mário *et al.* **Cadeia produtiva da pesca no Estado do Amazonas.** Manaus, 2005. SDS Governo do Estado do Amazonas. Série técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável 7. 2005. 32pp.
- MESQUITA, Rita *et al.* **Subsídios para o Zoneamento Ecológico Econômico de Barcelos.** Manaus:SDS. 38pp.
- RABELO, Hermógenes. ARAÚJO-LIMA, Carlos A.R.M. **A dieta e o consumo diário de alimento de *Cichla monoculus* na Amazônia Central.** 707-724p. Aceito para publicação em 30/08/2002. Formato pdf
- SOBREIRO, Thaissa. **Territórios e Conflitos nas Pescarias do Médio Rio Negro (Barcelos, Amazonas, Brasil).** Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. 2007, 165pp.
- SOUZA, Adriano R. de. **Determinação da curva de crescimento do Tucunaré *Cichla temensis*, Humboldt, 1833 (Perciformes: Cichlidae) no médio rio Negro por meio da análise de anéis em escamas.** Monografia apresentada ao curso de Biologia do Centro Universitário Nilton Lins. Manaus, 2006. 41pp.
- THOME-SOUZA, Mário. **Exploração dos tucunarés *Cichla spp* no médio rio Negro, uma proposta para a gestão compartilhada e acesso ao recurso.** Manaus, Novembro-2007. p.10-11
- WINEMILLER, K.O. **Ecology of peacock cichlids (*Cichla spp.*) in Venezuela.** Journal of Aquaculture and Aquatic Sciences, v. 9, p. 93-112, 2001.
- ZEINAD, Alec K. **Estudos de Caso do Ecoturismo Brasileiro: Pesca esportiva no município de Barcelos/Amazonas.** Trabalho apresentado ao MPE Funbio conforme TDR 508/03, 2003. 51pp.

Siglas utilizadas

ACIMRN – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro

AQUABIO – Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia

ASIBA – Associação Indígena de Barcelos

CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação

CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente

FLONA – Floresta Nacional

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário

e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MTur – Ministério do Turismo

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

Impressão

Neoband

Tiragem

1 mil exemplares

Pescarias no Rio Negro é uma série de publicações sobre as atividades pesqueiras na bacia do Rio Negro. Inclui as diferentes modalidades de pesca, dos povos indígenas, das demais populações tradicionais ribeirinhas e também das empresas de pesca e de turismo. Destinada ao público regional, em vários formatos, sem periodicidade definida e aberta a parcerias, a série pretende publicar subsídios que contribuam para o ordenamento pesqueiro e a sustentabilidade da pesca na maior bacia de águas pretas do mundo.



ISBN 978-85-85994-77-8

